



EDUCAÇÃO

O estado lastimável das escolas públicas

Pesquisa dos tribunais de contas estaduais e municipais analisa mais de mil instituições de ensino, de 537 cidades e do DF, e constata que 57% delas não têm a menor condição de funcionamento — carecem da infraestrutura básica ao mínimo de limpeza

» ÁNDREA MALCHER

Reprodução/Redes Sociais



Os tribunais de contas (TCs) do país fiscalizaram 1.082 escolas públicas, estaduais e municipais, de 537 cidades e do Distrito Federal, e chegaram a uma conclusão que vários pais e alunos há muito tempo já sabem: 57% delas são inadequadas como local para aulas. O levantamento, chamado de Operação Educação, analisou aproximadamente 200 itens de infraestrutura.

Realizado nos dias 24, 25 e 26 de abril, os tribunais de contas constataram como problemas principais das escolas: janelas, ventiladores e móveis quebrados; iluminação e ventilação precárias; infiltrações; e paredes mofoadas. A limpeza e higienização também foram identificadas em 20% dos casos como longe do ideal. A pesquisa foi conduzida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) — com base em informações do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Essa não é nenhuma novidade para nós que debatemos a questão do direito à educação todos os dias. Também há turmas superlotadas, falta de professores, tudo isso. Então, quando você tem uma escola sem as condições mínimas para que o processo (educacional) aconteça, isso significa que o país está oferecendo uma infraestrutura que impede a garantia do direito à educação”, lamenta Catarina Santos, pesquisadora em educação da Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com o levantamento, 31% das escolas não têm

Sujeira, destruição, má conservação e equipamentos precários são uma realidade de instituições de ensino públicas espalhadas pelo país

coleta de esgoto e 89% não dispõem de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros válido — o documento atesta o cumprimento de regras para combate a incêndios. Das escolas fiscalizadas, 62% não possuem biblioteca; 63% não têm sala de leitura; 88% das instituições educam sem laboratório ou sala de informática; e 80% não disponibilizam equipamentos de informática aos alunos.

Na parte da alimentação, a pesquisa identificou que, entre as instituições visitadas que têm cozinha, 82% não contam com alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e os espaços não são adequados. Já entre aquelas que têm despensa, 32% armazenam os alimentos de forma incorreta — sem termômetro para congelados, alimentos próximos ao forno ou de paredes — e a ocorrência de

produtos vencidos a serem oferecidos aos alunos é de 8%.

Para Catarina, esse é um cenário que desestimula estudantes e professores, fazendo com que “muitos professores desistam da profissão e que a juventude não queira ser professor”.

“Você tem salários baixos, condições de trabalho ruins e uma responsabilidade enorme de professores e escolas, como se o problema do processo de aprendizagem

inadequado fosse culpa nossa”, argumenta a educadora.

Evasão

Ela afirma que a constatação dos tribunais de contas contribuem diretamente para a evasão escolar. “São escolas que, indiretamente, acabam expulsando os estudantes, que começam a repetir de ano. A repetência gera a distorção idade-série, que



Uma escola com esses problemas não cativa os alunos, não garante aprendizado. Não é uma escola em que os estudantes queiram ficar, que possibilita o desenvolvimento de projetos interessantes”

Catarina Santos, pesquisadora em educação da Universidade de Brasília

leva à evasão”, aponta

Catarina observa, ainda, que ninguém gosta de frequentar ambientes degradados, sujos, mal-conservados. “Uma escola com esses problemas não cativa os alunos, não garante aprendizado. Não é uma escola em que os estudantes queiram ficar, que possibilita o desenvolvimento de projetos interessantes. Instituições como essas do relatório também costumam estar em locais em que os estudantes necessitam do exato inverso, porque dependem da escola para tudo”, lembrou.

A educadora avalia que, apesar de um avanço na oferta de vagas, esse aumento não veio acompanhado de medidas que façam os estudantes permanecerem e aprenderem nas escolas. “O país encara que é preciso investir e acreditar, garantindo as condições para que o direito à educação se efetive, ou vamos continuar fazendo de conta que estamos educando”, alerta.

TRAGÉDIA

Parte de prédio cai em Olinda e mata 5

O desabamento parcial de um prédio de três andares no bairro de Jardim Atlântico, em Olinda (PE), na noite de quinta-feira, deixou cinco mortos. O edifício Leme estava interditado e em péssimo estado de conservação, mas foi invadido por pessoas em situação de vulnerabilidade.

As pessoas mortas são: Everton Benedito dos Santos, de 13 anos; Rodolfo Henrique Pereira da Silva, 31; Maria José Barbosa da Silva, 52; Juliana Alves, 32; e Flávia Alves, 16. Apesar de as causas do acidente ainda estarem sendo investigadas, a prefeitura de Olinda atribuiu o desastre à omissão da Caixa Seguradora.

“Há uma ação judicial, promovida pelo Ministério Público de Pernambuco, baseada em informações fornecidas pelo município, em 2001, dando conhecimento da precariedade do edifício Leme. Desde 2009 transcorre uma liminar que obriga a Caixa Seguradora a guardar e conservar a edificação, bem como custear os valores mensais que permitam a moradia aos proprietários dos apartamentos que tiveram que deixar suas residências”,

justifica, em nota publicada no site da administração municipal.

Nas redes sociais, o prefeito de Olinda, Lupécio Carlos do Nascimento (Solidariedade), lamentou a tragédia. “Estamos mobilizados para prestar toda assistência para as vítimas do edifício Leme, que desabou no Jardim Atlântico”, disse. A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), também por meio das redes sociais, destacou que o governo do estado prestará todo o apoio necessário ao município. “Os bombeiros já estão atuando na ocorrência e no socorro de possíveis vítimas. Ficaremos atentos ao trabalho”, publicou.

Alerta de laudo

O Leme tinha 16 apartamentos em quatro pavimentos. Segundo laudo feito conjuntamente por Defesa Civil, governo pernambucano e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) já havia alertado para o desgaste da construção e o risco de vieses abaixo. De acordo com o estudo, havia muita água dentro do edifício por causa do tipo de

Onze Press e Imagens/Estadão Conteúdo



O Leme tinha sido interditado pela prefeitura em 2001, mas estava invadido

fundação que o sustentava — feita de tijolo cerâmico e blocos de cimento, uma vez que era do tipo “caixão”, sem aterramento. A vistoria também constatou que havia duas fissuras sérias no Leme, o que teria indicado que a estrutura já estava comprometida.

Ainda segundo a Prefeitura de Olinda, o poder municipal “atuou junto à Justiça a fim de obrigar as seguradoras a executarem as demolições. Dezenas de ações foram movidas pela Procuradoria do Município. Como exemplo, tem-se os casos dos edifícios Verbena e JK, os quais a Caixa

Seguradora, responsável pela guarda e conservação dos prédios, foi obrigada a demolir-los”.

O coronel do Corpo de Bombeiros Waldyr Oliveira, secretário de Defesa Civil de Olinda, afirmou que a prefeitura não sabia que o Leme tinha sido reocupado. Segundo o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a administração municipal interditou o Leme em 2001.

A Caixa Seguradora disse que está amparando as famílias que ocupavam o Leme e que atua na investigação que apura as causas do desabamento.

VIOLÊNCIA

Brennand chega hoje e segue para a cadeia

O empresário Thiago Brennand, acusado dos crimes de estupro, lesão corporal, ameaça e cárcere privado, desembarca hoje no Brasil, às 17h, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). Há cinco ordens de prisão contra ele e oito processos criminais na Justiça paulista.

Logo que chegar à sede da Superintendência Regional da Polícia Federal, no bairro da Lapa, ele será submetido a exame de corpo de delito, procedimento de praxe. Amanhã, Brennand passará por audiência de custódia, na qual um juiz limita-se a perguntar ao acusado se não houve ilegalidades na execução de sua prisão.

Após essa audiência, o empresário será transferido para o sistema prisional estadual, onde cumprirá as cinco ordens de prisão preventiva contra ele. Desde setembro de 2022, quando a juíza Érika Mascarenhas, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, emitiu a primeira ordem de prisão contra Brennand, ele está em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes. Quando as autoridades descobriram o seu paradeiro, ele

chegou a ser preso, mas foi colocado em liberdade sob pagamento de fiança.

O processo de extradição de Brennand se arrasta há pelo menos seis meses. No último dia 17, ele foi preso novamente e aguardava a finalização de trâmites burocráticos entre Brasil e Emirados Árabes para ser extraditado.

Em agosto do ano passado, Brennand foi flagrado por câmeras de segurança agredindo a modelo Helena Gomes dentro de uma academia em São Paulo. Ela foi a primeira mulher a vir a público contra o empresário.

Depois dela, outras se sentiram encorajadas e denunciaram violências que Brennand teria praticado. Há acusações de estupro, cárcere privado, lesão corporal e ameaça. Uma das mulheres que o denunciou é a modelo Stephanie Cohen, que afirma ter sido estuprada. Outra vítima, que não quis se identificar, foi tatuada à força com as iniciais (TFV) do nome de batismo do empresário — Thiago Fernandes Vieira, uma vez que ele acrescentou o Brennand já adulto.